

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

244 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 30 de junho a 4 de julho de 2025

1. DEBATE E VOTAÇÃO DE MOÇÃO DE CENSURA À COMISSÃO EUROPEIA	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	2
Debate sobre prioridades da Presidência dinamarquesa do Conselho da UE	2
Conclusões do Conselho Europeu de junho	3
Orçamento de longo prazo da UE pós-2027	4
Outros debates	4
3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS-2027	4
4. COMISSÃO EUROPEIA - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE DIREITO NA UE	5
5. COMISSÃO EUROPEIA - CÓDIGO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	7
6. EUROGRUPO - ADESÃO DA BULGÁRIA AO EURO	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. DEBATE E VOTAÇÃO DE MOÇÃO DE CENSURA À COMISSÃO EUROPEIA

Tal como demos nota na semana passada, o Plenário do Parlamento Europeu (PE), debateu e votou **uma moção de censura à Comissão Europeia** (que pode ser consultada [aqui](#)) apresentada por Gheorghe Piperea, do grupo ECR (Conservadores e Reformistas Europeus) e subscrita por 72 Deputados (o mínimo necessário para ser agendada e votada). A moção considerava que a **Comissão, sob a presidência de Ursula von der Leyen, deixou de merecer a confiança do Parlamento Europeu** no que se refere ao respeito pelos princípios da **transparência, da responsabilidade institucional e da boa governação, por três razões**: a alegada interferência indevida da Comissão em eleições nacionais em Estados-Membros; o uso abusivo do artigo 122.º do TFUE como base jurídica para propor o Regulamento relativo à iniciativa de financiamento da defesa “SAFE”; e, em termos mais amplos, uma conduta sistemática de opacidade na gestão de fundos públicos e na comunicação institucional, nomeadamente no contexto da aquisição de vacinas durante a pandemia de COVID-19.

No debate, a presidente da Comissão defendeu com firmeza o seu mandato (discurso [aqui](#)), rejeitando as acusações e denunciando os motivos políticos da iniciativa, sublinhando que não existiram cláusulas secretas nem obrigações ocultas nos contratos de vacinas, e que a decisão de aquisição competiu inteiramente aos Estados-Membros. Afirmou: «*Não houve qualquer segredo, nenhuma cláusula escondida, nenhuma obrigação de compra para os Estados-Membros. De facto, os 27 Estados-Membros decidiram adquirir as vacinas por iniciativa própria*». Acusou ainda os promotores da moção de serem influenciados por forças externas, afirmando que se tratava de tentativas de desestabilização conduzidas por «*extremistas e conspiracionistas*», alegadamente apoiados pelos «*nossos inimigos e pelos seus fantoches, na Rússia ou noutros lugares*».

Manfred Weber, líder do grupo **PPE, reafirmou o apoio à Comissão** e criticou a convergência entre partidos conservadores e forças políticas pró-russas. Lançou uma interrogação direta: «*Sei que a AfD alemã e o AUR (ndr: partido do Deputado que iniciou a moção de censura) romeno são marionetas de Putin. Mas por que motivo o PiS (Polónia) se junta agora a esta aliança pró-russa?*». Também a presidente do grupo S&D, Iratxe García Pérez, confirmou que os socialistas votariam contra a moção, afirmando: «*Não daremos um único voto a quem quer destruir a União Europeia*». Valérie Hayer, presidente do grupo Renew Europe, condenou a moção de censura e insistiu na necessidade de estabilidade institucional.

No interior do próprio grupo ECR, a moção causou constrangimentos. Nicola Procaccini, presidente do grupo, declarou (detalhe [aqui](#)) que dois terços dos seus membros não assinaram a moção. Explicou que, embora muitos compartilhassem as críticas à Comissão, consideravam a moção um erro estratégico: «*Falo em nome dos dois terços do grupo ECR que não assinaram a moção. Não por discordarem das razões, mas porque, tal como eu, consideram que a moção é um erro*».

Pelo contrário, os grupos de direita Patriotas pela Europa (PfE) e Europa das Nações Soberanas (ENS) apoiaram a moção e atacaram frontalmente a Comissão von der Leyen. Fabrice Leggeri, em nome do PfE, acusou a presidente da Comissão de abuso de poder e criticou a sua conduta durante a pandemia: «*A Europa merece mais do que silêncio, opacidade, mais do que autoritarismo*».

O debate revelou igualmente tensões no seio da maioria parlamentar que elegeu a Comissão (PPE, S&D e Renew). A presidente do grupo Renew Europe criticou diretamente o PPE, exigindo o fim dos bloqueios ao órgão de ética e à diretiva sobre “green claims”, cuja retirada havia sido solicitada pelo PPE, PfE e ECR. Os líderes dos S&D e dos Verdes/ALE juntaram-se às críticas, com Bas Eickhout a interpelar Manfred Weber: «*Quando fala de novas maiorias à direita, de que maioria fala? Não há maioria à direita sem a extrema-direita*».

Weber rejeitou categoricamente estas acusações, garantindo que o PPE mantém uma «*linha vermelha clara contra os extremistas de esquerda e de direita*». Procurou ainda relativizar as votações em que o PPE contou

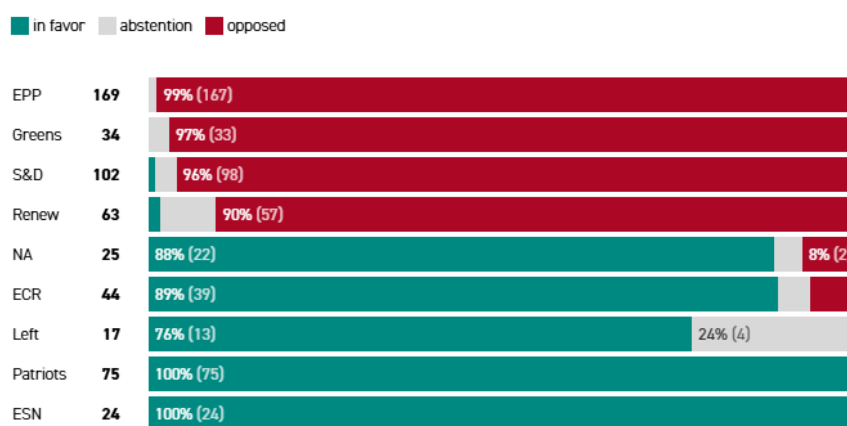
com o apoio da extrema-direita, afirmando: «Em 90% dos votos, alinhámos com a plataforma pró-europeia. Em cerca de 3% dos votos finais, vencemos com o apoio do ECR e do PjE. Mas em mais de 7% dos casos, foi a esquerda que beneficiou do apoio do PjE contra o PPE». O debate teve lugar na segunda-feira e pode ser revisto [aqui](#)

O Parlamento Europeu acabou por **rejeitar, na quinta-feira, a moção de censura contra a Comissão Europeia, com 175 votos a favor, 360 contra e 18 abstenções**, não alcançando assim a maioria de dois terços necessária para a sua aprovação. A votação foi nominal e está disponível [aqui](#).

O *Politico* apresentou uma desagregação dos votos, de acordo com as famílias políticas, que reproduzimos de seguida e que pode ser lida [aqui](#).

How political groups voted in von der Leyen's censure motion

Votes cast per political group in the European Parliament's motion of censure against Commission President Ursula von der Leyen.



Source: European Parliament
Hanne Cokelaere/POLITICO

Importa, ainda, referir que **o apoio dos grupos S&D e Renew à Presidente da Comissão Europeia seguiu-se a uma negociação entre as famílias políticas**, nomeadamente as garantias de que os fundos destinados à despesa social — nomeadamente o Fundo Social Europeu+ (ESF+) — seriam mantidos no próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia (2028-2034), que era uma exigência do grupo S&D.

Paralelamente, von der Leyen aceitou outras exigências, incluindo a manutenção dos pagamentos de fundos regionais diretamente às autoridades locais, e não aos governos nacionais (detalhe [aqui](#)).

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana foi dedicada à sessão plenária do PE, em Estrasburgo, sendo de [destacar](#):

Debate sobre prioridades da Presidência dinamarquesa do Conselho da UE

O PE Europeu realizou, a 8 de julho, um debate sobre a apresentação do programa de atividades da Presidência Dinamarquesa do Conselho da União Europeia. A sessão foi aberta pela presidente do Parlamento, Roberta Metsola, que destacou a segurança e a competitividade como os dois motores da ação europeia atual, saudando o lema da Presidência dinamarquesa por refletir a urgência de enfrentar os desafios contemporâneos. A primeira-ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen, apresentou as prioridades do semestre, centradas na construção de uma **Europa mais segura, verde e competitiva, afirmando que a força da União provém da**

sua coesão interna. O Conselho e a Comissão alinharam-se quanto às prioridades em áreas como a simplificação, o apoio contínuo à Ucrânia, a defesa e autonomia de recursos e as políticas climáticas. Durante o debate, os Deputados acolheram essas prioridades e alargaram a discussão a temas como políticas sociais e de habitação, migração, o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e as relações externas com os Estados Unidos e o Médio Oriente.

Mette Frederiksen defendeu ainda o reforço da indústria de defesa até 2030, apoio continuado à Ucrânia, a eliminação da dependência energética da Rússia, controlo das fronteiras, combate à instrumentalização da migração e o alargamento à Ucrânia, Moldávia e Balcãs Ocidentais. Apelou a progressos na simplificação legislativa, nas propostas Omnibus e reafirmou compromissos com metas climáticas ambiciosas, acesso a matérias-primas críticas e reforço das cadeias de abastecimento, incluindo através de acordos como o do Mercosul. O **comissário Maroš Šefčovič**, em nome da Comissão, saudou as prioridades da Presidência e destacou iniciativas em curso nos domínios da segurança, defesa, apoio à Ucrânia, migração, competitividade, transição verde e comércio. Referiu avanços no SAFE, sanções à Rússia, pacote REPowerEU, revisões legislativas como a Lei do Clima e o progresso nos acordos comerciais com países como México, Índia e Mercosul. Defendeu ainda a aplicação do Pacto sobre Migração e Asilo e a finalização dos trilogos sobre o Regime de Preferências Generalizadas.

Os Deputados deram também prioridade a áreas como a segurança e defesa, apoio à Ucrânia e confisco de ativos russos, migração, simplificação para as PME, políticas sociais e ambientais — incluindo habitação, água potável, proteção marinha e redução de emissões. Sublinharam a necessidade de um próximo Quadro Financeiro Plurianual justo, flexível e com forte coesão social, territorial e apoio à agricultura.

Conclusões do Conselho Europeu de junho

O debate centrou-se principalmente nas situações na **Ucrânia e no Médio Oriente, na defesa, competitividade e comércio**. Tanto o Presidente do Conselho Europeu, António Costa ([discurso](#)), como a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen ([discurso](#)), reiteraram a boa coordenação entre as instituições. **António Costa** destacou a necessidade de a UE reforçar as suas capacidades de defesa, sem que isso implique a criação de um “exército europeu”, apelando a investimentos conjuntos e a uma aceleração da transição energética como pilares da competitividade. Reafirmou a importância de manter as metas climáticas, simplificar regulamentos e concluir acordos comerciais com parceiros globais — salientando o acordo com o Mercosul, que pretende ver assinado até ao final do ano. **Von der Leyen**, por sua vez, apelou à simplificação legislativa e à redução dos custos energéticos, sublinhando a importância de abandonar o gás russo. Defendeu uma solução negociada com os EUA relativamente às tarifas, realçou os progressos em matéria de defesa — com destaque para o plano “Readiness 2030” — e instou os Estados-Membros a adquirir equipamento militar da indústria ucraniana.

No debate, os deputados manifestaram posições divergentes: os grupos de direita exigiram mais celeridade na simplificação e rejeitaram o Pacto Ecológico Europeu, enquanto os da esquerda defenderam metas sociais e climáticas ambiciosas. As críticas mais contundentes vieram de grupos à esquerda quanto à falta de ação da UE em Gaza, com vários deputados (Van Brempt, Eickhout, Aubry, Galán, Pedullà, Temido, Moreno Sánchez) a pedirem a suspensão do Acordo de Associação com Israel; o ECR, pelo contrário, defendeu o direito de Israel à autodefesa. No que toca à Ucrânia, o S&D lamentou a falta de progressos nas sanções à Rússia, enquanto deputados da direita criticaram os investimentos na defesa ucraniana e a desvinculação do gás russo. Houve ainda apelos à confrontação do governo húngaro por parte do S&D, Renew e Verdes/ALE, e várias referências à migração por parte da direita, incluindo elogios ao governo italiano e propostas de reformas no Pacto de Migração e Asilo. Por fim, alguns deputados do S&D defenderam que o próximo Quadro Financeiro Plurianual seja proporcional aos desafios que a União enfrenta.

Orçamento de longo prazo da UE pós-2027

Na quarta-feira (detalhe [aqui](#)), os deputados reiteraram que as políticas de coesão e agrícola da UE devem manter-se fortes e distintas no próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), cuja proposta será apresentada pela Comissão na próxima semana. O comissário europeu responsável pelo Orçamento, **Piotr Serafin**, afirmou que **“o orçamento da UE tem de ser modernizado”**, defendendo um QFP mais flexível e simples, mas sem sacrificar a previsibilidade. Sublinhou ainda a **necessidade de novos recursos próprios** para cobrir, a partir de 2028, os cerca de 25 mil milhões de euros anuais destinados ao reembolso dos empréstimos do NextGenerationEU. A Comissão defendeu a necessidade de equilibrar flexibilidade com previsibilidade, colmatar o défice de competitividade e avançar na simplificação, anunciando a criação de um Fundo Europeu de Competitividade e a apresentação de um pacote legislativo com novas fontes de financiamento (cfr. infra, ponto 3). O Conselho, representado por Marie Bjerre, apelou a mais recursos para ações com valor acrescentado, ao reforço da prontidão em matéria de defesa e à promoção de uma política agrícola e de coesão modernas, verdes e orientadas para o mercado.

Siegfried Mureșan (PPE, RO), co-relator para o QFP, frisou que *“a maior prioridade do Parlamento é que a identidade e a força das políticas agrícola comum e de coesão sejam preservadas”*, com orçamentos e bases jurídicas separadas e o envolvimento das regiões. *“Não se pode ter segurança sem segurança alimentar, nem economia competitiva sem política de investimento”*, afirmou, acrescentando que as novas prioridades da UE devem ser *“segurança, defesa e competitividade”*. **Carla Tavares (S&D, PT)**, co-relatora, rejeitou o modelo da Comissão baseado em planos nacionais para cada Estado-Membro. *“Não aceitaremos um QFP sem um Fundo Social Europeu claro, independente e forte”*, declarou, citando o artigo 162.º do Tratado como prova do seu papel essencial para a dimensão social da UE. Também rejeitou a fragmentação da política de coesão, que, segundo ela, *“deve continuar a ser o principal instrumento de investimento da UE”*.

Outros debates

- relatório sobre [Albânia, Bósnia e Herzegovina, e Macedónia do Norte](#)
- [Parlamento condena ataques brutais da Rússia contra civis ucranianos](#)
- [PEcondena detenção arbitrária e tortura do investigador luso-belga na República Centro-Africana](#)

3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS-2027

Tal como demos nota na Síntese n.º [242](#), a Comissão Europeia apresentará a 16 de julho a sua proposta para o Quadro Financeiro Plurianual pós-2027. Neste contexto, a Comissão Europeia prepara-se para apresentar também a **proposta de regulamento que estabelece o futuro Fundo Europeu para a Competitividade (FEC)**. Segundo documento preparatório revelado pela Agence Europe ([Ver proposta de regulamento](#)), o FEC integrará **14 programas atuais financiados pelo orçamento da UE**, visando maior flexibilidade orçamental, impacto estratégico e simplificação da gestão. O fundo será orientado para projetos ligados à transição ecológica, saúde, digitalização, defesa e resiliência. A lista de programas abrangidos inclui, entre outros: o Fundo para a Inovação, EU4Health, InvestEU, o Programa para uma Europa Digital, o Fundo Europeu de Defesa, o Programa Espacial Europeu e o LIFE. O programa Horizon Europe permanecerá autónomo, mas com ligação estreita ao FEC.

Os principais objetivos do FEC serão aumentar o impacto tecnológico e económico, reduzir dependências estratégicas, atrair investimento privado e apoiar infraestruturas e PME europeias. Para isso, será utilizada uma ampla “caixa de ferramentas” financeira, combinando empréstimos, subvenções, garantias, compras públicas e financiamento misto. O programa InvestEU funcionará como catalisador de financiamento, enquanto o Horizon Europe garantirá um percurso fluido desde a investigação até à industrialização. O fundo introduzirá

um princípio de flexibilidade na gestão dos recursos, permitindo realocações orçamentais durante a vigência do QFP, com repartição indicativa. Embora esta fusão tenha suscitado críticas — nomeadamente por parte de ONG ambientais que temem cortes ao programa LIFE — a Comissão prevê envelopes mínimos por área, para garantir previsibilidade e compromissos de longo prazo.

O FEC apoiará ainda os projetos com um “*selo de competitividade*”, atribuído automaticamente a iniciativas relacionadas com matérias-primas críticas e indústria “zero net”. Estes beneficiários terão acesso facilitado ao apoio do fundo e a assistência ao longo de todo o ciclo de investimento. A gestão do fundo será feita por atos delegados da Comissão, com o apoio de um Conselho Estratégico de Partes Interessadas, que reunirá investigadores, setor privado, PME, sociedade civil e grandes organizações. O FEC representa, assim, uma tentativa da Comissão de **consolidar os instrumentos financeiros da UE numa estrutura mais coerente**, orientada para o impacto, a competitividade e a autonomia estratégica.

Por outro lado, e segundo o Financial Times ([aqui](#)), a Comissão Europeia prepara-se para propor a criação de um **mecanismo permanente de emissão de dívida conjunta**, no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028+. O objetivo da proposta, ainda em fase preliminar, é estabelecer uma base legal para que Bruxelas possa recorrer aos mercados de capitais em situações de crise, com vista a financiar **subvenções ou empréstimos a Estados-Membros**. Embora a ativação do instrumento continue dependente da autorização dos países da UE, a sua criação marcaria um passo institucional relevante rumo a uma maior **integração fiscal europeia**, com **emissões regulares de obrigações denominadas em euros**.

A proposta enfrenta, no entanto, forte oposição de vários Estados-Membros, especialmente da Alemanha, Suécia e Países Baixos. Berlim já declarou que a emissão de dívida para financiar subvenções é uma “linha vermelha”: “*Grants is a no-go for us*”, afirmou uma fonte próxima das negociações, citada pelo FT. Também a Suécia e os Países Baixos expressaram reservas formais, rejeitando a utilização de dívida comum para novos instrumentos europeus. Dado que a aprovação do orçamento exige unanimidade entre os 27, a proposta enfrentará **obstáculos políticos significativos**, sobretudo se incluir transferências diretas. Por outro lado, **empréstimos entre pares** (back-to-back loans), como os utilizados durante a pandemia e no atual pacote de €150 mil milhões para a defesa, têm gerado menos controvérsia. A pressão crescente sobre o orçamento da UE, incluindo novas prioridades como defesa, competitividade económica e reembolsos dos fundos de recuperação pós-Covid, está a forçar uma revisão dos instrumentos orçamentais. Países como **Dinamarca e Finlândia** começam a afastar-se da ortodoxia orçamental tradicional: “*Temos guerra no nosso continente*”, declarou a ministra dinamarquesa dos Assuntos Europeus, Marie Bjerre, reconhecendo que a discussão sobre aumento do orçamento é inevitável face aos desafios atuais.

4. COMISSÃO EUROPEIA - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE DIREITO NA UE

A Comissão Europeia publicou o **seu sexto relatório anual sobre o Estado de direito**, o primeiro do novo mandato, reforçando o seu compromisso com a promoção e defesa dos valores fundamentais da União (detalhe [aqui](#)). O relatório cobre os 27 Estados-Membros e, pela segunda vez, inclui capítulos específicos sobre quatro países do alargamento (Albânia, Montenegro, Macedónia do Norte e Sérvia). A vice-presidente Henna Virkkunen afirmou: “*O respeito pelo Estado de direito não é facultativo – é a única opção*”. O relatório tem um papel central no ciclo anual do Estado de direito da UE, com uma abordagem preventiva e baseada no diálogo, sendo considerado um incentivo concreto à reforma institucional e democrática.

O relatório de 2025 dá particular **ênfase ao impacto do Estado de direito na economia europeia e no mercado único**, realçando que a previsibilidade jurídica e o bom funcionamento das instituições são determinantes para a estabilidade económica, o investimento e a competitividade. A Comissão prevê, no âmbito

do próximo quadro financeiro plurianual, condicionar o acesso a fundos europeus ao cumprimento dos princípios do Estado de direito.

O relatório confirma **progressos em todos os domínios avaliados** — sistemas de justiça, luta contra a corrupção, liberdade de imprensa e equilíbrio institucional — embora reconheça que subsistem desafios graves em alguns Estados-Membros. Foram destacadas melhorias na independência judicial, nomeações de juízes e autonomia do Ministério Público, mas também se assinalou pressão sobre os recursos dos sistemas judiciais. Na luta contra a corrupção, o relatório dá nota positiva ao reforço de capacidades institucionais, mas sublinha a necessidade de melhorar os mecanismos preventivos e a eficácia da investigação e julgamento, sobretudo em casos de corrupção de alto nível. No domínio da liberdade da imprensa, observou-se a transposição progressiva do Regulamento sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, mas com preocupações quanto à proteção de jornalistas, independência dos reguladores e transparência no financiamento público.

Em termos de governação democrática, o relatório identifica esforços para melhorar o processo legislativo e promover uma maior inclusão das partes interessadas, mas alerta para riscos de instabilidade normativa e insegurança jurídica em alguns países. O papel da sociedade civil permanece essencial, mas algumas organizações enfrentam obstáculos como restrições financeiras ou registos excessivos. O relatório completo está disponível [aqui](#) e o comunicado de imprensa pode ser consultado em [IP/25/1742](#).

O capítulo relativo a Portugal está disponível [aqui](#) e reproduzimos abaixo as principais recomendações.

RECOMENDAÇÕES

Globalmente, no que respeita às recomendações constantes do Relatório de 2024 sobre o Estado de Direito, Portugal:

- realizou progressos significativos na intensificação dos esforços no sentido de garantir a adequação dos recursos humanos ao dispor do sistema judicial, em especial no respeitante aos funcionários judiciais, bem como novos progressos no prosseguimento dos esforços para aumentar a eficiência do sistema, em especial dos tribunais administrativos e fiscais,
- realizou alguns progressos na garantia da adequação da legislação processual penal para tratar eficazmente processos penais complexos,
- realizou progressos significativos no prosseguimento dos esforços para assegurar recursos suficientes para a prevenção, investigação e ação penal no domínio da corrupção, bem como novos progressos na garantia da suficiência dos recursos ao dispor do novo Mecanismo Nacional Anticorrupção,
- realizou progressos significativos quanto à garantia do acompanhamento e verificação eficazes das declarações de património por parte da Entidade para a Transparência,
- não realizou progressos na conclusão das reformas destinadas a melhorar a transparência do processo legislativo, em particular no que respeita à aplicação dos instrumentos («regimes») de avaliação de impacto.

Nesta base, considerando outros acontecimentos ocorridos no período de referência e recordando os compromissos pertinentes assumidos no âmbito do plano nacional de recuperação e resiliência, bem como as recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu, recomenda-se a Portugal que:

- intensifique os esforços para melhorar a eficiência do sistema judicial, em particular no que se refere aos tribunais administrativos e fiscais,
- tome medidas reforçadas para garantir a adequação da legislação processual penal para tratar eficazmente processos penais complexos,
- adote legislação que regule a atividade de lóbi, incluindo a criação de um registo público e abrangente de lóbis,
- conclua as reformas destinadas a melhorar a transparência do processo legislativo, em particular no que respeita à aplicação dos instrumentos («regimes») de avaliação de impacto.

5. COMISSÃO EUROPEIA - CÓDIGO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Comissão Europeia publicou a **versão final do Código de Conduta para a Inteligência Artificial (IA) de Finalidade Geral**, desenvolvido por 13 peritos independentes com o contributo de mais de mil partes interessadas, incluindo fornecedores de modelos, PME, investigadores, especialistas em segurança e representantes da sociedade civil ([aqui](#)). O Código é uma **ferramenta voluntária que visa ajudar a indústria a cumprir o novo Regulamento Inteligência Artificial da UE**, cujas regras para IA de finalidade geral entram em vigor a 2 de agosto de 2025. O objetivo é assegurar que modelos de IA — incluindo os mais avançados — são colocados no mercado europeu de forma segura e transparente. Como declarou Henna Virkkunen, vice-presidente da Comissão: *"Convido todos os fornecedores de modelos de IA de finalidade geral a aderirem ao Código. Ao fazê-lo, garantir-lhes-á uma via clara e colaborativa para o cumprimento do Regulamento Inteligência Artificial da UE"*.

O Código está estruturado em **três capítulos: transparência, direitos de autor e segurança e proteção**. Os dois primeiros aplicam-se a todos os fornecedores de modelos de IA de finalidade geral, oferecendo orientações práticas e ferramentas como formulários normalizados de documentação e soluções para cumprimento da legislação europeia em matéria de direitos de autor. O terceiro capítulo dirige-se apenas aos fornecedores dos modelos mais avançados, com foco na mitigação de riscos sistémicos, como potenciais impactos sobre direitos fundamentais, segurança, ou controlo dos modelos. O Código fornece assim práticas recomendadas para gestão desses riscos, em linha com as exigências do regulamento.

Uma vez aprovado pelos Estados-Membros e pela Comissão, os fornecedores que subscrevam voluntariamente o Código poderão demonstrar o cumprimento do regulamento com maior segurança jurídica e menor carga administrativa. A Comissão compromete-se ainda a publicar orientações complementares antes da entrada em vigor das obrigações legais, clarificando quem está abrangido pelas regras da IA de finalidade geral. O Código e mais informações estão disponíveis [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#). O comunicado de imprensa completo está [aqui](#).

6. EUROGRUPO - ADESÃO DA BULGÁRIA AO EURO

O Conselho da União Europeia adotou hoje os três atos jurídicos finais necessários para que a **Bulgária introduza o euro a partir de 1 de janeiro de 2026**, completando assim o processo para se tornar o 21.º membro da área do euro. Entre as decisões aprovadas está a fixação da taxa de conversão entre o lev búlgaro e o euro em 1,95583 lev por 1 euro, taxa que corresponde ao valor atual do mecanismo de taxas de câmbio (ERM II).

A ministra dinamarquesa da Economia, Stephanie Lose, saudou a decisão afirmando: *"A partir de hoje, a Bulgária ocupa o seu lugar como 21.º membro da zona euro. Este é o culminar de um processo rigoroso de análise e preparação intensiva. Felicito calorosamente a Bulgária e o povo búlgaro por esta enorme conquista"*. Mais informações estão disponíveis [aqui](#).

Entretanto, o **Ministro irlandês [Paschal Donohoe](#) (PPE) foi reconduzido por consenso, a 7 de julho, para um terceiro mandato de dois anos e meio como presidente do Eurogrupo**, tornando-se um dos mais longevos no cargo, a par de Jean-Claude Juncker. Sem adversários no momento da decisão — após a retirada das candidaturas do espanhol Carlos Cuerpo e do lituano Rimantas Šadžius por falta de apoios suficientes (ambos S&D) — Donohoe declarou-se *«honrado»* e reafirmou a continuidade da sua metodologia de trabalho, destacando como prioridades o euro digital, a política orçamental, a união de poupança e investimento e a união bancária.

7. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: [Eurogrupo](#); [Reunião informal dos ministros do Emprego](#); [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#); e [Reunião informal dos ministros do Ambiente, 10-11 de julho de 2025](#)

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às atividades das Comissões parlamentares, [aqui](#)

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [16 de julho](#), destacando-se a proposta sobre o **Quadro Financeiro Plurianual pós-2027 e o Livro Branco sobre a revisão da arquitetura antifraude da UE**.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 14 de julho - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#), [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#); 15 de julho - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 16 e 17 de julho - [Reunião informal dos ministros da Investigação e dos ministros do Mercado Interno e da Indústria](#).

Estrasburgo | 11 de julho de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).